

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 20 DE DEZEMBRO DE 2001

Bom dia.

Antes de viajar para Montevidéu, o que farei daqui a algumas poucas horas, eu queria anunciar uma notícia boa aos brasileiros.

Houve uma reunião no Rio de Janeiro entre a BR Distribuidora, a Petrobras e o Ministro de Minas e Energia, José Jorge, e, graças às modificações que introduzimos, com aprovação do Congresso, a Cide, que é uma nova maneira de cobrar o imposto dos combustíveis, e à liberalização das importações, a partir do dia 2 de janeiro o preço da gasolina, nas refinarias, vai diminuir 25%. Nas bombas de gasolina vai cair, em média, 20%. Digo em média porque em alguns estados, em algumas cidades é um pouco mais, são 21%, noutros é um pouco menos, são 19%. Mas a BR Distribuidora vai, em média, vender gasolina a menos 20%.

Da mesma maneira, o diesel. O diesel na refinaria vai ser 8% mais barato, e, na bomba, 6% mais barato.

O GLP já é diferente. Haverá um pequeno reajuste. Ele vai ter um aumento de cerca de 12%, cerca de 2,3 reais a mais no botijão. Isso vai

ser compensado porque o Governo resolveu que vai dar 7 reais por botijão, para as famílias de baixa renda. Isso atingirá 9 milhões de famílias. São aquelas que estão inscritas nos programas da rede de proteção social, que são 8 milhões, e haverá uma extensão para mais 1 milhão de famílias. Isso porque, também graças a essas modificações, havia já um subsídio antes, e esse subsídio vai permitir essa transformação da forma anterior para a forma atual e uma redução para as famílias de baixa renda.

É uma boa notícia para este fim de ano, uma notícia pré-natalina, e num momento em que há tantas dificuldades pelo mundo afora, inclusive em alguns países vizinhos nossos, com os quais somos solidários. Estamos conduzindo o Brasil de uma maneira segura, com tropeços, naturalmente, com resistências. Não foi fácil a aprovação de todas essas leis, mas conseguimos. O Congresso entendeu, votou. Isso mostra que teremos condições para entrar o ano que vem com o custo da energia mais barato, embora possa haver, como já foi anunciado, um ajuste da tarifa elétrica, que será compensado por esse tipo de reajuste na questão da gasolina. De modo que os impactos sobre a inflação serão bem menores do que foram ditos e imaginados anteriormente às decisões que tomamos.

Queria aproveitar também a oportunidade para dizer que assim como nós vamos para Montevidéu reafirmando a necessidade de trabalharmos juntos no Mercosul, e como estamos vendo que é necessário ter uma política econômica equilibrada, é necessário que haja sempre uma compreensão por parte da sociedade, para fazer um apelo ao Congresso Nacional brasileiro – que tem sido tão solidário com o País, como acaba de demonstrar nessas votações rápidas que fizemos, que permitiram esses cortes – para que vote o Orçamento.

O Governo pode funcionar sem Orçamento. Existem mecanismos tranquilos para isso. Talvez até aumente o superávit primário. Mas o objetivo do Governo não é aumentar o superávit primário. É realizar os programas, sobretudo os programas sociais que atendem a população.

Então, faço um apelo ao Congresso: que acelere as decisões sobre o Orçamento, embora não tenhamos nenhuma dificuldade administrativa de, não votado o Orçamento, esperar até o mês de fevereiro. Haverá

uma perda para o povo, perda de investimentos, que não se justifica. O Governo tomou as medidas necessárias para absorver gastos que, muitas vezes, não têm ainda fontes definidas. Estamos definindo fontes, buscando fontes. Acho que cabe ao País perceber que não tem sentido, por causa de uns poucos setores de oposição – reitero: não é a oposição no seu conjunto, uns poucos setores de oposição –, paralisar a peça orçamentária que dará uma maior tranquilidade ao Brasil.

O Brasil precisa disso. Precisamos ter uma retaguarda forte no Brasil, no Congresso Nacional, decisões convergentes para o interesse popular, que é a única maneira pela qual podemos enfrentar as turbulências internacionais.

Os exemplos devem ser vistos com cuidado. É preciso verificar que nós, aqui, estamos discutindo aumentos e redução de custos, redução da gasolina e aumentos de salário, enquanto em outros países está-se discutindo a redução de salários.

Nas minhas mãos, o Brasil nunca chegará a uma situação desse tipo, de ter que discutir redução de salários. Mas por mais que nos esforcemos, que o Governo se esforce, se não houver outras mãos que sejam capazes de dar as mãos ao povo e de, no momento adequado, votar aquilo que é necessário para que haja uma continuidade na gestão pública, haverá dificuldades.

Então, faço um apelo: tenho certeza, porque já foi expresso pelos líderes principais dos partidos, de que há boa vontade, mas não temos mais terreno para ceder e negociar. Temos terreno para decidir. Peço que o Congresso possa também deixar o País, se não for possível até o Natal, pelo menos até o Ano Bom, com a certeza de que o caminho está aberto para um ano melhor, o ano de 2002.

Se eu não tiver mais oportunidade de vê-los, bom Natal para todos aqui presentes e para todos os brasileiros.